



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

~~Redação Final~~ ao Projeto de Lei nº 472/11

Inserir no Calendário Oficial de
Eventos do Estado do Paraná, o
"Dia da Mata Ciliar".

Art. 1º Fica inserido no Calendário Oficial de Eventos do
Estado do Paraná, o "Dia da Mata Ciliar", a ser comemorado
anualmente no dia 24 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE

RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO




Redação Final ao Projeto de Lei nº 500/11

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa Internacional do Peixe e Copa Suína no Carrossel", que se realiza anualmente, no Município de Itaipulândia.

Art. 1º Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa Internacional do Peixe e Copa Suína no Carrossel", que se realiza anualmente, nas proximidades do dia 10 de novembro, no Balneário de Linha Jacutinga, Município de Itaipulândia.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.

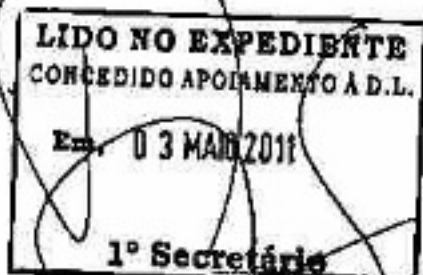

ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



GABINETE DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI

PROJETO DE LEI Nº 373/11



Súmula: Determina a aplicação prática de conteúdo do §5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.

Art. 1º - Determina a obrigatoriedade em todo o Estado do Paraná da discriminação, na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias, dos impostos incididos sobre os produtos e serviços.

Art. 2º - Determina que o estabelecimento que preste serviços e forneça produtos tenha, em tabela, os valores do que se oferece discriminados com apontamento dos impostos e tributos.

§1º - A informação não pode estar restrita somente a impostos, devendo abranger todos os tributos que são inseridos sobre as mercadorias e os serviços prestados.

§2º - Dentre o que será discriminado devem estar impostos e tributos que afetem diretamente o valor do produto ou aqueles que incidem sobre o resultado da operação, seja ela de que natureza for.

Art. 3º - Os Estabelecimentos terão 90 (noventa) dias para se adequar à Lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 03 de abril de 2011.

12 ACIOLLI
DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI - PV



JUSTIFICATIVA: O artigo que deve ser regulamentado diz que: "A Lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços".

O movimento pede para que essa transparência na cobrança dos impostos chegue ao cidadão por meio de inserção do valor dos tributos na nota fiscal de cada produto ou serviço que se compra.

Em um País em que a carga tributária não cessa de crescer, saber o quanto se paga em impostos é essencial para que os cidadãos se reconheçam como contribuintes e passem a exigir do Governo uma contrapartida em serviços comensuráveis com o volume de recursos arrecadados.

As classes mais carentes são as que mais pagam. Estudos recém divulgados pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) estimam que, em 2008 os impostos abocanharam mais da metade (54%) do que ganharam as famílias com renda de até dois salários mínimos mensais, mas menos de um terço (29%) dos ganhos das famílias com renda acima de 30 salários mínimos.

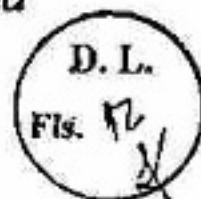
Pesquisa encomendada pela Associação Comercial de São Paulo ao Ipsos/Opinion mostrou que 74% dos brasileiros não sabem quanto pagam de imposto nos bens e serviços que consomem, mas revelou também que 93% dos entrevistados gostariam de ser informados a respeito. Ainda segundo a pesquisa 93% das pessoas consideram que os recursos são mal aplicados.

Esses números indicam que os itens para os quais a população mais pobre destina grande parte de sua renda, como alimentação, transporte, habitação e vestuário, são os mais fortemente tributados. Entretanto, por incidir sobre o consumo, boa parte dos impostos são invisíveis para os consumidores. É o caso de tributos indiretos, como o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, os quais estão embutidos no preço final de mercadorias e serviços.

Pagar imposto é necessário e uma obrigação do cidadão para manter os gastos do Estado e custear os serviços Públicos, mas o contribuinte tem o direito de saber o quanto paga e o quanto é gasto. Tem que haver sempre uma relação positiva entre o valor dos tributos que se paga e o retorno que o cidadão recebe do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 379/11

Projeto de Lei nº 379/11

Autor: Deputado Estadual Roberto Acioli

Súmula: Determina a aplicação prática de conteúdo do §5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo Estado do Paraná.

EMENTA: TRIBUTOS. DISCRIMINAÇÃO NA NOTA FISCAL OU NOS LOCAIS DE EXPOSIÇÃO DAS MERCADORIAS DOS TRIBUTOS QUE INCIDEM SOBRE PRODUTOS OU SERVIÇOS. POSSIBILIDADE. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. LEI FEDERAL Nº 8.078/90. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Roberto Acioli, tem como finalidade determinar a obrigatoriedade em todo o Estado do Paraná da discriminação na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias, dos tributos incididos sobre os produtos e serviços.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Inicialmente, cumpre salientar que a CONSTITUIÇÃO FEDERAL no inciso IX do artigo 24, estabelece como competência concorrente entre União, Estado e Distrito Federal as leis que disponham sobre o desporto:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifo nosso)

No mesmo sentido, o artigo 13 da CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, assim dispõe:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; (Grifo nosso)

A própria Constituição Estadual, também, garante ao parlamentar o direito à propositura de leis:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Observando o referido projeto de lei, apesar de determinar que os TRIBUTOS devem ser discriminados nas notas fiscais que incidem sobre produtos ou serviços; existe uma correlação direta com a área do direito referente ao "DIREITO DO CONSUMIDOR".



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Sendo assim, deve-se ressaltar o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (Lei Federal nº 8.078 de 11 de setembro de 1990) que determina expressamente as informações que o consumidor DEVE receber:

Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentam;
(Grão nosso)

Art. 31. A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.
(Grão nosso)

Deste modo, nota-se que o dispositivo normativo supramencionado determina que os Consumidores DEVEM ser informados corretamente sobre todos os aspectos que envolvam o produto ou o serviço; inclusive sobre o preço no qual estão incluídos os tributos.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Além, para finalizar, a própria CONSTITUIÇÃO FEDERAL determina que os Consumidores devem ser informados dos tributos incidentes sobre os produtos e serviços, como pode ser observado:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços. (Grifo nosso)

Logo, devido ao fato dos Estados legislaREM CONCORRENTEMENTE sobre a matéria em questão e, ainda, sob o respaldo da CONSTITUIÇÃO FEDERAL e do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR o referido projeto encontra-se devidamente amparado pelo ordenamento jurídico brasileiro

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



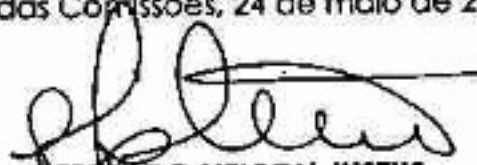
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO CAIO QUINTANA
RELATOR












Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 379/2011



I – SÍNTESE FÁTICA

O ilustre Deputado Estadual Roberto Acioli apresentou o presente Projeto de Lei visando regulamentar o art. 150, § 5º da Constituição Federal. A Comissão de Constituição e Justiça aprovou-o e, por conseguinte, ocorreu o seu encaminhamento a esta Comissão de Defesa do Consumidor, com a minha escolha como Deputado Relator.

O referido dispositivo constitucional que o Projeto regulamenta versa sobre os esclarecimentos aos consumidores a respeito dos impostos incidentes no consumo: *"A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços."*

Pois bem, ainda antes de se adentrar a análise de mérito do presente Projeto, cabe destacar a sua importância para a transparência. Isso porque alertará a população de nosso Estado acerca dos tributos que incidem sobre os produtos e serviços consumidos cotidianamente.

II – MÉRITO

Fazendo-se uma leitura desatenta do texto constitucional, pode parecer que este Projeto é Inconstitucional, na medida em que a matéria em questão versa indiretamente sobre tributos, tendo em vista que o art. 61 da Constituição tem redação dúbia a respeito da iniciativa sobre matéria tributária:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

Não bastasse isso, a Corte Constitucional brasileira já decidiu que as normas que tratam de processo legislativo prevista na Constituição Federal, são de observância obrigatória pelos Estados da Federação:

Processo legislativo dos Estados-membros: absorção compulsória das linhas básicas do modelo constitucional federal - entre elas, as decorrentes das normas de reserva de iniciativa das leis -, dada a implicação com o princípio fundamental da separação e independência dos Poderes: jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal. Processo legislativo: reserva de iniciativa do Poder Executivo para legislar sobre matéria concernente a servidores públicos da administração direta, autarquias e fundações públicas.

(ADI 637, Relator(a): Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Tribunal Pleno, julgado em 25/08/2004, DJ 01-10-2004 PP-00009 EMENT VOL-02166-01 PP-00047 LEXSTF v. 26, n. 312, 2005, p. 63-71 RTJ VOL-00194-01 PP-00017)

Ocorre, contudo, que o Supremo Tribunal Federal já pacificou que as restrições à Iniciativa da propositura de leis devem ser interpretadas de forma restritiva, justamente por versar sobre restrição à atividade parlamentar. Nesse contexto, as normas tributárias que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo se aplicam tão somente aos territórios:

EMENTA: ADI - LEI Nº 7.999/85, DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, COM A REDAÇÃO QUE LHE DEU A LEI Nº 9.535/92 - BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO - MATÉRIA DE INICIATIVA COMUM OU CONCORRENTE - REPERCUSSÃO NO ORÇAMENTO ESTADUAL - ALEGADA USURPAÇÃO DA CLÁUSULA DE INICIATIVA RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE JURÍDICA - MEDIDA CAUTELAR INDEFERIDA. - A Constituição de 1988 admite a iniciativa parlamentar na instauração do processo legislativo em tema de direito tributário. - A iniciativa reservada, por constituir matéria de direito estrito, não se presume e nem comporta interpretação ampliativa, na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.

Fls. 11

necessariamente derivar de norma constitucional explícita e inequívoca. - O ato de legislar sobre direito tributário, ainda que para conceder benefícios jurídicos de ordem fiscal, não se equipara - especialmente para os fins de instauração do respectivo processo legislativo - ao ato de legislar sobre o orçamento do Estado.

(ADI 724 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 07/05/1992, DJ 27-04-2001 PP-00056 EMENT VOL-02028-01 PP-00065)

No mais, a competência para legislar em matéria tributária é concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, exatamente nos moldes da competência para legislar sobre consumo, art. 24, Incisos I e V, respectivamente.

Desse modo, nada impede que o Estado legisle sobre o assunto ainda antes de haver federal.

Assim sendo, não havendo restrição constitucional para que um parlamentar da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná proponha lei para regulamentar a transparência dos tributos que incidam sobre produtos e serviços, merece seguimento com louvor o presente Projeto.

III - CONCLUSÃO

Pelo exposto acima, o parecer deste relator opina pela aprovação do presente Projeto de Lei, posto que estabelece maior transparência para os consumidores de nosso Estado.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2011.

DEPUTADO LEONALDO PARANHOS
PRESIDENTE

DEPUTADO PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO
RELATOR

20/07/2011



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 379/11

PREÂMBULO

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Roberto Acioli, tem por objetivo determinar a aplicação prática de conteúdo do § 5º do artigo 150 da Constituição Federal.

DA TRAMITAÇÃO

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Defesa do Consumidor, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

DO MÉRITO

A proposta do nobre parlamentar visa mostrar ao cidadão o quanto se paga, em impostos, a cada produto adquirido, bem como, exigir do Governo a contrapartida em serviços de acordo com o montante arrecadado.

Louvável a iniciativa do autor, com objetivo de dar maior transparência tributária ao consumidor.



DA CONCLUSÃO

Desta forma, chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos ser a matéria meritória e por não haver óbice, exaramos parecer pela normal tramitação do presente Projeto de Lei.

Assim, somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 06 de junho de 2011.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES
RELATOR







ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

GABINETE DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI

D. L.
Folha 33
EMENDA 01
PLENÁRIO
DAP
12/09/11
[assinatura]

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 379/11

Súmula: ACRESCENTA O ARTIGO 2º-A
AO PROJETO DE LEI N.º 379/11
CONFORME REDAÇÃO A SEGUIR.

Art.2º - A - Caberá à Secretaria Estadual da Fazenda fiscalizar o cumprimento desta lei.

§1º - O descumprimento desta lei acarretará ao infrator a aplicação de multa em valores a serem especificados pelo agente fiscalizador, não podendo ser inferior à 5 salários mínimos regionais.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2011.

DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI - PV



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Emenda nº

FL. 02

Em 12/09/11

DAP. *[assinatura]*

SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 379/11

Conforme prevê o art. 137, §2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos o presente substitutivo geral ao Projeto de Lei 379/11 de autoria do Ilustre Deputado Roberto Aciolli, o qual tem por objetivo obrigar os estabelecimentos empresariais a discriminar os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias.

D. L.

Fls. 34

O Projeto de Lei nº 379/11 deverá contar com a seguinte redação:

Art. 1º. Determina a obrigatoriedade, em todo o Estado do Paraná, da discriminação na nota fiscal dos tributos incidentes sobre os produtos e serviços.

Art. 2º. Os estabelecimentos que prestem serviços ou forneçam produtos deverão indicar os valores do que se oferece discriminados com apontamento dos tributos incidentes.

§1º. A informação deverá abranger o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), o Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

§2º. As empresas ficam desobrigadas da indicação dos tributos que não incidam na operação ou que não tenham impacto sobre o preço da mercadoria ou do serviço.

Art. 3º Os estabelecimentos terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para se adequar a presente lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 2011.

Deputado Estadual

TRAIANO

[assinatura]
MARIA

[assinatura]
LUIZ

[assinatura]
BERNARDO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

O presente substitutivo geral tem como escopo alterar a redação do Projeto de Lei nº 379/11, o qual tem por objetivo obrigar os estabelecimentos empresariais a discriminar os tributos incidentes sobre os produtos ou serviços na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias.

Tais modificações se fazem necessárias para melhorar a redação e a técnica legislativa, deixando o texto mais completo e explicitando de maneira mais clara as disposições da lei. Além disso, o substitutivo visa indicar de maneira mais específica quais tributos serão abrangidos pela norma.

Ademais, o prazo para que os estabelecimentos se adéquem às disposições legais foi estendido, tendo em vista o grande impacto que o projeto poderá trazer na administração das empresas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 379/11

Projeto de Lei nº 379/11

Autor da emenda: Deputado Roberto Acioli e Deputado Ademar Traiano.

Súmula: Determina a aplicação prática de conteúdo do §5º do artigo 150 da Constituição Federal em todo o Estado do Paraná.

EMENTA: OBJETIVA ACRESCENTAR O ARTIGO 2º-A BEM COMO SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI 379/11. POSSIBILIDADE. ARTS. 33, 137 E 141 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Deputado Roberto Acioli, tem como objetivo determinar a obrigatoriedade em todo o Estado do Paraná da discriminação na nota fiscal ou nos locais de exposição das mercadorias, dos impostos incididos sobre os produtos e serviços, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo relator Deputado Estadual Caio Quintana.

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

D. L.
Fls. 46

Ocorre que, quando da segunda discussão em Plenário o referido projeto recebeu duas emendas: uma Emenda Aditiva e uma Emenda Substitutiva Geral, de autorias, respectivamente, do Deputado Estadual Roberto Acloni e Deputado Estadual Ademar Traiano. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, cumpre esclarecer que compete a esta Comissão de Constituição e Justiça a análise inicial de verificação quanto à legalidade e constitucionalidade da Emenda Modificativa em tela, com a devida verificação de legitimidade e técnica legislativa, conforme tutela o Regimento Interno desta Assembléia Legislativa:

Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

1 - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I - no início da discussão, desde que apoladas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que as referidas emendas foram propostas no início da 2ª Discussão em Plenário e apolada por cinco Deputados.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, conforme pode ser devidamente observado:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 1º Emenda supressiva é a proposição que manda emendar qualquer parte de outra.

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conteúdo.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra. (grifos nossos)

Assim, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


D. L.
Fl. 48

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** das referidas emendas: Emenda Aditiva proposta pelo Deputado Estadual Roberto Acioli e Emenda Substitutiva Geral proposta pelo Deputado Estadual Ademar Tralano, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 07 de fevereiro de 2012.

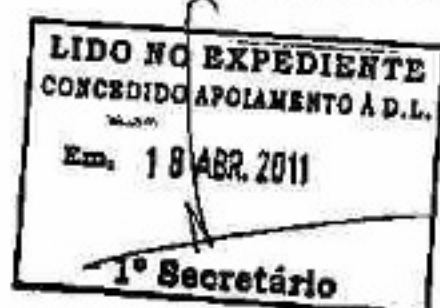

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TERUO KATO
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dip. Jumaanda
Scomavica
07.02.12



PROJETO DE LEI Nº 328 /2011




Súmula: Altera o Art. 1º da Lei n. 15.625 de 05/09/07, que declarou de utilidade pública o instituto social assembleia de Deus Reboucense - ISADER, com sede e foro no município de Rebouças - PR (Nova denominação: instituto social Filadélfia)¹.

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 15625 de 05/09/07, com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica modificada a denominação da entidade Instituto Social Assembleia de Deus Reboucense - ISADER, declarada de utilidade pública pela Lei nº 15625 - para Instituto Social Filadélfia, com nome fantasia Filadélfia.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

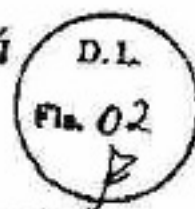
Sala das Sessões, em 18/04/2011.


ARTAGÃO JÚNIOR
DEPUTADO ESTADUAL
1º VICE-PRESIDENTE - ALEP

¹ Reedição do PL 503/2010 Arquivado por motivo do Art. 273 do RI da ALEP - encerramento de legislatura.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



JUSTIFICATIVA

Atendendo pedido da direção da instituição na pessoa de Olga Tumas, DD. Presidente, para adequar o nome à atividade da instituição e da Igreja cujo nome Filadélfia significa amor fraternal.

A lei modificada declarou de utilidade pública a Instituição ISADER declarada de utilidade pública desde o ano de 2007 pela lei que ora se altera.

Assim contamos com os nobres pares para implementação dessa iniciativa.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 328/2011

Projeto de Lei nº. 328/2011

Autor: Deputado Estadual Artagão Junior

Súmula: Altera o Art. 1º da Lei nº 15.625 de 05/09/07, que Declarou de Utilidade Pública o Instituto Social Assembleia de Deus Reboucense - ISADER, com sede e foro no Município de Rebouças - PR (Nova Denominação: Instituto Social Filadelfia).

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 6.994/78 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Artagão Junior, tem por objetivo alterar o Art. 1º da Lei nº 15.625 de 05/09/07, que Declarou de Utilidade Pública o Instituto Social Assembleia de Deus Reboucense - ISADER, com sede e foro no Município de Rebouças - PR (Nova Denominação: Instituto Social Filadelfia).

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de 02 de 2012.

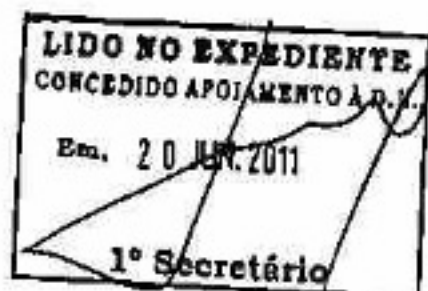

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚCIO GENARI
RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI nº 519/2011.

Súmula: Declara de Utilidade Pública a entidade AÇÃO SOCIAL AMOR MAIOR, com sede e foro na cidade Campo Largo.

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a entidade AÇÃO SOCIAL AMOR MAIOR, com sede e foro na cidade de Campo Largo.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Saía das Sessões, em 14 de Junho de 2011.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

D. L.
Fls. 03
C

JUSTIFICATIVA

A Ação Social Amor Maior, denominada ASAM, está situada na Rua Mato Grosso, nº 9350, no Bairro Ferraria, na cidade de Campo Largo, é uma Instituição de caráter filantrópico, SEM FINS LUCRATIVOS, com atuação de Utilidade Pública, e se destina ao amparo de pessoas em situação de risco, carentes, idosos, crianças e adolescentes, funcionando em forma de Defesa dos Direitos e Garantias Individuais e da Cidadania, atuando na cidade de Campo Largo e demais municípios paranaenses objetivando também atendimento a anciãos, portadores de deficiências, carentes em geral, centros profissionalizantes e educacionais, administrado por uma Assembleia geral, Conselho Geral administrativo, com sede e foro na cidade de Campo Largo.

São considerados associados da Ação Social Amor Maior - ASAM, sem distinção de raça, sexo, profissão, credo religioso ou nacionalidade, as pessoas aprovados em Assembleia Geral.

No artigo 13 do seu estatuto, consta que a entidade não remunera os membros de sua diretoria, não distribui lucros, vantagens ou bonificações aos seus diretores, associados, conselheiros, instituidores ou mantenedores, sob nenhuma forma.

Assim, satisfeitas as exigências legais, solicitamos o apoio dos nobres pares para sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 519/2011

Projeto de Lei nº. 519/2011

Autora: Deputada Estadual Mara Lima

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Entidade Ação Social Amor Maior, com sede e foro na Cidade de Campo Largo.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Mara Lima, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Entidade Ação Social Amor Maior**, com sede e foro na Cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

V. L.
Fls. 43

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

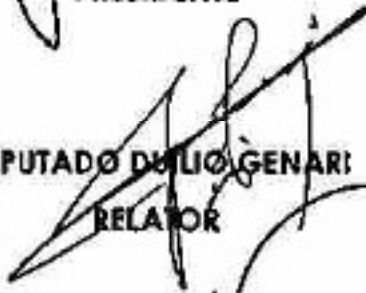
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI

RELATOR



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de lei nº 590/11



SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a Comunidade Milagre Eucarístico - CME com sede e foro no município de Paranaguá no Estado do Paraná.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Milagre Eucarístico - CME com sede e foro no município de Paranaguá, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2011.


Tadeu Veneri
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunidade Milagre Eucarístico vem a quatro anos, prestando relevantes serviços no resgate à dignidade humana através da cultura e seus artifícios.

Sala das Sessões, em 04 de julho de 2011.



Tadeu Veneri
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 590/2011



Projeto de Lei nº. 590/2011

Autor: Deputado Estadual Tadeu Veneri

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Comunidade Milagre Eucarístico - CME**, com sede e foro no Município de Paranaguá no Estado do Paraná.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA –
LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS
- PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Tadeu Veneri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Comunidade Milagre Eucarístico - CME**, com sede e foro no Município de Paranaguá no Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


D. L.
Fls. 53

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 07 de 02 de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR



PROJETO DE LEI Nº 015 /2012

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 13 FEV. 2012

Puerto
1º Secretário

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Jornais do Interior do Estado do Paraná – ADJORI, com sede e foro no Município de Curitiba – PR.

Art. 1º Fica declara de Utilidade Pública a Associação dos Jornais do Interior do Estado do Paraná – ADJORI, com sede e foro no Município de Curitiba – PR.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 09 de fevereiro de 2012.

Rossoni

VALDIR ROSSONI

Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A Associação dos Jornais do Interior do Estado do Paraná – ADJORI, foi fundada em 31 de outubro de 1980, tem como sigla ADJORI-PR, é uma entidade sem fins lucrativos, com tempo de duração indeterminada, tendo sua sede e foro no Município de Curitiba e sede administrativa na Rua Laranjeiras, 1.484, Bairro Santo Antônio, em Santa Izabel do Oeste, PR.

A ADJORI-PR é uma entidade de classe que vem dando suporte aos jornais e revistas, propiciando formação através de treinamentos, oficinas e seminários, melhorando a qualificação profissional dos jornais do Estado do Paraná.

Curitiba, 09 de fevereiro de 2011.



VALDIR ROSSONI
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 015/2011

Projeto de Lei nº. 015/2011

Autor: Deputado Estadual Valdir Rossoni

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação dos Jornais do Interior do Estado do Paraná - ADJORI, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 16.888/2011 - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Jornais do Interior do Estado do Paraná - ADJORI, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

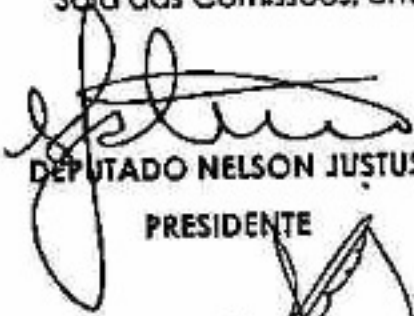
D. L.
Fls. 30


Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer FAVORÁVEL à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÁRIO GENARI
RELATOR



ESTADO DO PARANÁ
CASA CIVIL



OF/CTU/CC nº 358 /2012

Curitiba, 09 de fevereiro de 2012

PROPOSIÇÃO - VETO Nº 013/J2.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

PARCIAL

Em, 13 FEV, 2012

Quarto

1º Secretário

Senhor Presidente,

- I - À DAP para leitura no expediente
- II - À DL para providências.

Em 13/02/2012.

[Assinatura]
Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 315/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetel, parcialmente, o Projeto de Lei nº 940/2011, por considerar a parte votada inconstitucional e contrária ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 940/2011, de Iniciativa do Poder Executivo, tem por escopo regulamentar o Acordo Direto de Precatórios e estabelecer Políticas Fazendárias.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto n.º 940/2011, encaminhado por Mensagem do Poder Executivo, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná na forma de um Substitutivo Geral, após a apreciação de 51 (cinquenta e uma) emendas, com aprovação de 24 (vinte e quatro) delas que foram incorporadas ao texto do Substitutivo Geral.

O citado Projeto de Lei, dentre outras medidas, concede parcelamento em até 120 (cento e vinte) vezes para créditos tributários cujo fato gerador tenha ocorrido até 30 de setembro de 2011, ou alternativamente, para créditos tributários vencidos até 30 de dezembro de 2009 a possibilidade de parcelamento em até 60 (sessenta) vezes com alocação de até 75% do saldo devedor consolidado para a 60ª parcela. Prevê também o parcelamento de débitos vencidos até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive os ajuizados; e os espontaneamente denunciados pelo contribuinte à repartição fazendária decorrentes de infração vinculada a fatos geradores relativos ao ICMS ocorridos até a data acima citada.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
AJB/Proct.nº 11.258.343-2



Sendo assim, diante do texto encaminhado e para resguardar os interesses do Estado, propomos os seguintes vetos no tocante às Políticas Fazendárias e Fiscais:

1) Artigo 2º, §3º

A norma em questão trata de conciliação de créditos oriundos de precatórios a serem realizadas em processos judiciais. Ao estabelecer que os pareceres da Câmara de Conciliação de Precatório terão força vinculante, o dispositivo afronta o texto da Lei Complementar nº. 26/85, com as alterações da Lei Complementar nº. 40/87, que determina ser competência do Procurador Geral do Estado, ex vi do referido art. 5º, caput, IV, *"desistir, transigir, fazer acordo, firmar compromisso, confessar, receber e dar quitação, mediante prévia autorização do Governador do Estado."*

Desta forma, não pode Lei ordinária derogar o disposto em Lei Complementar.

Atribuir força vinculativa aos pareceres da Câmara de Conciliação, significa por via transversa delegar à Câmara de Conciliação de Precatórios poder para decidir sobre o acordo a ser realizado na esfera judicial, usurpando competência que nos termos da Lei Complementar nº. 26/85 cabe ao Procurador Geral do Estado, após autorização do Governador do Estado do Paraná. Deste modo, somente o Governador do Estado pode autorizar ou não o Procurador Geral do Estado a realizar acordos, respeitada a hierarquia dos cargos.

Por fim, cumpre ressaltar que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca o tema é pacífica, sendo proferidas as decisões nas ADIn's nºs. 2730 e 2329.

2) Artigo 12 e seu parágrafo único

Devido ao grande número de emendas apresentadas, o projeto de Lei seguiu com dois artigos conflitantes, quais sejam, art. 12 e art. 13. Sendo assim, o art. 12 é contraditório em relação aos demais dispositivos do projeto, pois não permite a conciliação com precatórios por diversas razões, enquanto o art. 13 dispõe que não podem ser objeto de conciliação os créditos decorrentes de precatórios suspensos por decisão judicial.

Desta forma, como a lei não pode induzir o aplicador em erro ou contradição, e encontrando-se o referido artigo em contradição com a disposição do art. 13, o art. 12, bem como seu parágrafo único devem ser vetados.

3) Artigo 14, V

Os credores originários e cessionários de precatórios alimentares encontram-se dentro das previsões dos I e II deste artigo. Não existe óbice à participação dos mesmos na rodada de conciliação.



No entanto, com a redação atribuída ao inciso V do artigo 14, restou retirado o limite temporal para as cessões de créditos, reabrindo, involuntariamente, o mercado de precatórios, exatamente contra o qual foi editada a emenda constitucional nº. 62.

Reabrir este mercado não só fere o espírito da emenda constitucional nº 62, bem como o interesse público.

4) Artigo 15, § 4º

O dispositivo acaba por instituir uma nova modalidade de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, que é o pedido de conciliação. Com efeito, não há que se confundir o pedido de conciliação, de que trata o art. 14, com o de parcelamento, regrado no capítulo III da Lei.

Segundo o Código Tributário Nacional, o que suspende a exigibilidade do crédito tributário é o parcelamento (art. 151, VI). Ao estabelecer nova hipótese de suspensão de exigibilidade do crédito tributário – pedido de conciliação pendente –, o legislador estadual está a malferir o art. 148, III, b, da Constituição Federal, que reserva a Lei Complementar – nacional – o estabelecimento de normas gerais em matéria de legislação tributária que trate de obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários.

Sendo assim, o dispositivo em análise padece de inconstitucionalidade material.

5) Artigo 16, VII

A presente norma viola o disposto no art. 655, I, do Código de Processo Civil, e art. 11 da Lei Federal nº. 6.830/80, pois o dinheiro, em espécie, tem primazia sobre outros bens penhoráveis. É esse – dinheiro – que, em princípio, a Fazenda busca penhorar. Os precatórios possuem baixíssima liquidez. Destarte, o dispositivo vetado vem de encontro à Lei, da jurisprudência e do interesse público do Estado do Paraná.

6) Artigo 16, §2º

A norma em questão merece ser vetada, uma vez que estabelece como data base do cálculo para fins de conciliação a data do requerimento de conciliação.

Considerando que a baixa do crédito tributário somente ocorrerá com a liquidação do precatório, e que este e o crédito tributário possuem índices de correção monetária diferenciados, a metodologia instituída não possui razão de existir.

Os cálculos dever ser realizados no mês em que o precatório foi liquidado, o qual deverá coincidir com o mês em que a GRPR será recolhida e a dívida baixada.



Caso contrário, estar-se-ia alterando os índices de correção do crédito tributário, bem como do próprio precatório, ou alterando a data de baixa da dívida tributária, o que representaria violação à coisa julgada e à emenda constitucional 62, assim com a Lei Estadual nº. 11.580/96, a qual estabelece critérios de correção dos créditos tributários.

7) Artigo 16, §6º

A disposição em questão, ao criar a obrigação de deferimento do termo de acordo, interfere nas atribuições de competência do Procurador Geral do Estado, previstas na Lei Complementar 26/85, art. 5º. Como já exposto nas razões de veto do art. 2º, §3º, nos termos da Lei Complementar 26/85, a competência para realização de acordos judiciais cabe ao Procurador Geral do Estado, após autorização do Governador do Estado. Por esse motivo, ao subordinar o Procurador Geral do Estado aos pareceres da Câmara de Conciliação, fere não só o disposto na Lei Complementar 26/85, bem como o disposto no art. 132 da Carta Magna e os arts. 123 e seguintes da Constituição do Estado.

8) Artigo 21, §4º

A limitação do percentual fixado a título de honorários advocatícios pela presente norma, após a fixação de percentual pelo Magistrado nos autos de execução fiscal, fere a Lei de Responsabilidade Fiscal, caracterizando renúncia de receita, na medida em que tais valores são recolhidos a um Fundo Estadual que tem como finalidade fazer frente às despesas de manutenção e investimento da Procuradoria Geral do Estado, tais como compra de papel, insumos de informática, aquisição de computadores e livros, aquisição de móveis, pagamento de custas processuais e honorários de peritos.

9) Artigo 22

A inclusão da dispensa de garantia para o parcelamento dos créditos tributários, além de ferir o interesse público, pois nos casos de rescisão dos termos de parcelamento o prosseguimento da cobrança da dívida ativa estará prejudicado, conflita com outros dispositivos deste projeto, bem como com o §2º, do art. 41, da Lei nº. 11.580/96 – Lei Orgânica do ICMS.

10) Artigo 24

A redação do art. 24 é excessivamente genérica, abarcando todos os contratos firmados no âmbito da Agência de Fomento do Paraná, incluindo toda carteira, inclusive as de baixa inadimplência.

Sendo assim, a redação do artigo em comento da margem para ampla interpretação, sendo possível a qualquer mutuário que contratou um financiamento referente a um dos programas, ainda que inadimplente, reparcelar seu débito em até 120 (cento e vinte) meses, desvirtuando



completamente o produto contratado, o que por certo somente traria prejuízo ao erário.

11) Artigo 28

O artigo 28 dispõe que *"os créditos tributários, objeto do parcelamento e do requerimento previsto nesta Lei, terão sua exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, VI, do Código Tributário Nacional."*

No entanto, o presente artigo conflita com o disposto no caput do art. 18. Destarte, a lei não pode induzir o aplicador em erro ou contradição.

12) Artigo 29

O caput deste artigo, ao determinar a suspensão das ações que envolvam a discussão dos fatos geradores que serão objeto de parcelamento, conflita com o disposto no §3º, do art. 18, desta Lei, e com o disposto no §1º, do art. 41, da Lei nº 11.580/96, pois o pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos incluídos no pedido por opção do contribuinte.

Tal condição consta, também, da cláusula terceira, I, do Convênio CONFAZ – ICMS – 11/2009.

13) Artigo 29, parágrafo único

O parágrafo único do artigo 29, ao prever que as partes desistirão dos processos sem ônus, e determinando a quem caberá o pagamento das verbas de sucumbência, é inconstitucional, pois legisla em matéria processual, ferindo o art. 22, I, da Constituição Federal, e ilegal, pois viola o art. 28, do Código de Processo Civil, que determina que caberá ao desistente o pagamento das verbas de sucumbência.

14) Artigo 32, íntegra

O artigo 32 da referida Lei introduz modificações na Lei Estadual nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS no Estado do Paraná, promovendo, dentre outras alterações, a inclusão do §2º ao artigo 3º, tornando obrigatória a aprovação de Lei específica para a instituição de Programas de Recuperação Fiscal no Estado.

O veto ao referido dispositivo se impõe, especificamente em razão da introdução do §2º ao artigo 3º na Lei nº 11580/96, na medida em que, a partir da Constituição Federal de 1988, a regulamentação da forma de concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS, é matéria a ser tratada em lei complementar, conforme dispõe o artigo 155, § 2º, inciso XII:



Artigo 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

...
§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:
(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

...
XII - cabe à lei complementar:

...
g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

Por sua vez, a Lei Complementar n. 24, de 7 de janeiro de 1975, que dispõe sobre os convênios para concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e dá outras providências, determina no seu artigo 1º que a isenção e quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no ICMS, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus, dentre eles o parcelamento, serão concedidos ou revogados nos termos de Convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal:

Artigo 1.º As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica:

- I - à redução da base de cálculo;*
- II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;*
- III - à concessão de créditos presumidos;*
- IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus;*
- V - às prorrogações e às extensões das isenções vigentes nesta data.*

Determina, também, no seu artigo 10, as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias serão definidas por Convênio aprovados pelo CONFAZ:

Artigo 10 - Os convênios definirão as condições gerais em que se poderão conceder, unilateralmente, anistia, remissão, transação, moratória, parcelamento de débitos fiscais e ampliação do prazo de recolhimento do imposto de circulação de mercadorias.




Por conseguinte, embora recomendável, desnecessária a aprovação da Lei específica para a concessão de parcelamento do ICMS, como o que trata o presente Projeto de Lei, na medida em que o Poder Executivo já dispõe de autorização para fazê-lo, por meio de Decreto estadual, nos termos e nas condições estabelecidas por Convênio celebrado no âmbito do CONFAZ, em forma já autorizada pela Lei n. 11580/96, em sua redação original, o que permite maior agilidade, celeridade e eficiência, com vistas a implementação dos citados Convênios na legislação tributária paranaense.

De se alertar, por fim, que o veto do presente dispositivo viabilizará a concessão, por meio de Decreto, do parcelamento pretendido pelo Projeto de Lei, sem o qual, caso vetado os dispositivos anteriores e que tratam do parcelamento, estará o poder executivo obrigado a encaminhar novo projeto de lei para tratar do parcelamento do ICMS nos termos e nas condições autorizadas pelo Convênio ICMS 11/2009, 114/2011 e 138/2011.

Isto posto, esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei nº. 17082



Data 09 de fevereiro de 2012

Súmula Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**CAPÍTULO I
DOS ACORDOS DIRETOS**

Art. 1º Nos termos do art. 97, § 8º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica instituído o Acordo Direto de Precatórios, resultado da conciliação que tenha por objeto débitos do Estado do Paraná, inclusive da Administração Pública Indireta, que originaram precatórios requisitórios.

Art. 2º Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por representantes da Procuradoria do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

§ 1º Os integrantes da Câmara de Conciliação de Precatórios serão indicados pelos respectivos órgãos e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A Câmara de Conciliação de Precatórios é o órgão competente para propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo.

§ 3º ...Vetado...

Art. 3º Participará da conciliação o credor, por meio de advogado, devidamente munido de procuração contendo os poderes da cláusula *ad judicia*, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação.

§ 1º Os créditos de litisconsortes, de substitutos processuais, de honorários sucumbenciais e contratuais são considerados autônomos para efeitos de conciliação, desde que, com relação aos últimos, tenha sido juntado aos autos o contrato antes da expedição do precatório, nos termos do art. 22, §4º, da Lei 8.908/94.

§ 2º Poderá o credor renunciar a parte do crédito para participar de conciliação, quando o ato de convocação estabelecer limite de valor de pagamento.

§ 3º É defeso ao credor do principal transacionar sobre créditos relativos aos honorários sucumbenciais e contratuais reservados no processo, a menos que esteja munido de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para a conciliação.

Art. 4º O cessionário, se o ato convocatório autorizar, o inventariante, o herdeiro e o cônjuge supérstite do credor originário do precatório poderão participar da conciliação.

§ 1º Os interessados relacionados no caput deverão atender aos requisitos previstos nesta Lei e no ato de convocação para habilitação e comprovação de titularidade do crédito.

§ 2º Não tendo havido partilha do crédito, os sucessores do *de cujus* serão admitidos à conciliação mediante apresentação de autorização específica do juízo do inventário, que ateste a liquidez, certeza e titularidade do crédito.

§ 3º Tendo havido partilha do crédito, o cessionário, cada herdeiro e o cônjuge supérstite podem conciliar os seus quinhões individualmente, mediante apresentação do formal de partilha tanto judicial como a extrajudicial (escritura pública), prevista no art. 982, do Código de Processo Civil.

Art. 5º O credor somente pode transacionar sobre o crédito que detenha apurado após a exclusão de créditos de terceiros incluídos no precatório requisitório, ressalvada a possibilidade de renúncia, nos termos do art. 3º, § 2º, desta Lei.

§ 1º Os créditos decorrentes de cessão ou partilha, conforme art. 4º, caput e § 3º desta Lei, devem representar percentual do crédito total do credor originário, observando-se as exclusões mencionadas no caput deste artigo, devendo ser comprovada, de maneira individualizada, a cadeia dominial de sucessão do crédito, desde o credor originário até o último cedente, nos termos desta Lei.

§ 2º Para estabelecimento da cadeia dominial de sucessão do crédito, os instrumentos públicos de cessão devem ser apresentados nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento e nos autos de precatório requisitório, levando-se em conta para estabelecimento da preferência entre cessionários credores, sucessivamente, a data de celebração da cessão e a data da comunicação ao juízo de execução.

Art. 6º A rodada de conciliação será veiculada através de decreto do Poder Executivo, que tem a competência para estipular seus critérios e condições.

Art. 7º Todos os atos convocatórios poderão ser revogados e substituídos por outros a qualquer tempo, através de Decreto do Poder Executivo, ou perderão vigor depois de esgotado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação.

I – estabelecer parâmetros diferenciados da conciliação, de acordo com a natureza e o valor do crédito, a natureza da demanda que originou o crédito, ano de inscrição do precatório no orçamento estadual, dentre outros, podendo combiná-los entre si;

II – delimitar o universo de créditos a serem objeto de uma rodada de conciliação.

Parágrafo único. As delimitações de que tratam os incisos I e II do caput somente se farão por meio de utilização de parâmetros gerais e abstratos, tais como a natureza do

crédito, seu valor, a natureza da demanda que o originou, ou parâmetro que objetiva concretizar políticas de administração fazendária.

Art. 8º As concessões a serem feitas pelos credores serão especificadas no ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 6º, desta Lei, que poderá se valer, dentre outras, das seguintes condições:

- I – pagamento com deságio em percentual fixo;
- II – pagamento de acordo com oferta de deságio maior;
- III – modificação nos critérios de readequação do valor nominal da dívida.

Parágrafo único. Na modalidade prevista no inciso II, do *caput*, haverá pré-fixação do deságio mínimo.

Art. 9º Para a celebração do Acordo Direto previsto nesta Lei, os créditos alimentares não gozam de preferência, salvo se o ato convocatório utilizar esse critério para fins de distinção, conforme art. 7º, I, desta Lei ou de filtragem, nos termos do art. 7º, II, desta Lei.

Parágrafo único. Se o crédito alimentar passar a gozar da preferência especial concedida pelo art. 100, § 2º, da Constituição Federal, ele será excluído da conciliação até o valor limite de que trata o mesmo dispositivo, e seu saldo poderá ser objeto de acordo.

Art. 10. Aquele que detiver crédito que se enquadra nos parâmetros estabelecidos pelo ato convocatório deverá apresentar requerimento de conciliação perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, acompanhado dos documentos exigidos por esta Lei e pelo ato convocatório, sendo utilizado, para efeito de cálculo dos precatórios, os parâmetros de correção e juros de mora fixados em sentença ou Lei, combinados com a Súmula Vinculante nº 17, do Supremo Tribunal Federal e com o § 12, do art. 100, da CF/88, alterado pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

§ 1º A apresentação dos documentos não dispensa a análise dos autos judiciais e do precatório requisitório para verificação do preenchimento das condições legais e regulamentares para a conciliação, em especial, a certeza, liquidez e titularidade do crédito.

§ 2º Para os fins desta Lei, compete à Procuradoria Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões.

Art. 11. Preenchidos todos os requisitos intrínsecos e formais, a Câmara de Conciliação de Precatórios apresentará parecer conclusivo sobre o requerimento, na forma do § 2º, do art. 2º, e encaminhará ao Procurador-Geral do Estado para a celebração do termo de acordo será encaminhado ao Tribunal competente, que homologará o acordo e realizará os pagamentos devidos.

§ 1º O pagamento será feito com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, oriundos do repasse constitucional previsto no art. 97, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras referentes às retenções e recolhimentos previdenciários e tributários fixados em sentença, inclusive o montante devido a título de custas judiciais.

§ 3º A celebração do acordo para pagamento implicará a quitação integral do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

Art. 12. ...Vetado...

Parágrafo único. ...Vetado...

Art. 13. Não podem ser objeto de conciliação os créditos decorrentes de precatórios suspensos por decisão judicial.

Parágrafo único. Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial, exceto se a conciliação tiver como finalidade o pagamento dos débitos e créditos tributários, conforme previsto nos parcelamentos dos arts. 18 e 19 desta Lei e desde que a constrição judicial tenha sido deferida em favor do Estado do Paraná.

CAPÍTULO II DA PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES

Art. 14. A primeira rodada de conciliação, especificamente, atenderá a objetivos de política da administração fazendária e de responsabilidade fiscal, e:

I - admitirá a habilitação de credores originários de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, que possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19, desta Lei;

II - admitirá a habilitação decessionários de créditos de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até orçamento do ano de 2010, cuja cessão de direitos tenha sido celebrada até 09 de dezembro de 2010, e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19, desta Lei;

III - terá como limite global de recursos o montante necessário para atender ao pagamento dos acordos diretos protocolados na presente rodada, observado o disposto no art. 7º, I, retro e desde que atendam as exigências contidas nesta Lei.

IV - terá como limite máximo individual de pagamento o montante líquido suficiente para a quitação da parcela postergada prevista no art. 19, desta Lei, após as retenções previdenciárias e tributárias previstas em sentença;

V - ...Vetado...

Art. 15. Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento com proposta de deságio de 20% (vinte por cento) do montante do crédito oferecido, atendidas as exclusões previstas no caput, do art. 5º, desta Lei.

§ 1º Os pedidos de acordo serão apreciados segundo a ordem cronológica de inscrição do precatório objeto da conciliação, do mais antigo para o mais novo, respeitado o limite de recursos disponíveis para conciliação.

§ 2º Se o pedido envolver mais de um precatório será considerado, para aferição do critério de prioridade na apreciação, aquele de maior valor.

§ 3º Concorrendo interessados que ofereçam precatórios inscritos na mesma data ou partes de um mesmo precatório, preferirá aquele que possuir maior dívida tributária.

§ 4º ...Vetado...

Art. 16. Para habilitação na primeira rodada de conciliação, especificamente, o interessado, por meio de advogado, nos termos dos arts. 3º e 4º desta Lei, deverá apresentar requerimento à Procuradoria Geral do Estado do Paraná acompanhado:

I - de certidão original do registro de empresário individual ou do contrato social consolidado, onde esteja especificado quem é o representante legal da empresa;

II - de cópia autenticada do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, e do instrumento procuratório respectivo, com firma reconhecida, e cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado;

III - de requerimento de cópia integral e autenticada do precatório requisitório, a ser efetivada junto ao Tribunal de Justiça, que as encaminhará diretamente à Procuradoria Geral do Estado, mediante o pagamento dos serviços de fotocópia e autenticação;

IV - original ou cópia autenticada da certidão expedida pelo Tribunal de Justiça ou em não sendo o credor originário da certidão de escritura pública de cessão, desde o credor original até o último cessionário, demonstrando a cadeia dominial sucessória, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito;

V - de cópia do termo de acordo de parcelamento firmado nos termos do art. 19, desta Lei;

VI - de cópia do formal de partilha e da sentença homologatória respectiva, ou da autorização judicial específica, se o crédito apresentado se enquadrar nas hipóteses do art. 4º, §§ 2º e 3º, desta Lei;

VII - ...Vetado...

§ 1º Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do prazo previsto no art. 21, desta Lei.

§ 2º ...Vetado...

§ 3º Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimar o signatário para, no prazo de 15 (quinze) dias, saná-las, sob pena de indeferimento do requerimento de conciliação. Se o ato a ser sanado demandar maior prazo este será concedido mediante solicitação fundamentada, em 15 (quinze) dias.

§ 4º Verificada a regularidade do requerimento, apurado o percentual e o valor do crédito oferecido nos termos dos art. 5º, §§ 1º e 2º, e art. 10, §§ 1º a 3º, desta Lei, o

interessado será intimado para, em 5 (cinco) dias, comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e firmar termo de acordo de pagamento com o Procurador-Geral do Estado.

§ 5º O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela Procuradoria Geral do Estado e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do art. 11, § 3º, desta Lei.

§ 6º ...Vetado...

§ 7º No termo do acordo de pagamento constará cláusula expressa de autorização para que a Procuradoria Geral do Estado, após as retenções previstas em sentença, levante o valor depositado nos termos do art. 11 desta Lei e proceda ao seu imediato recolhimento, por GR-PR, para pagamento da parcela postergada.

§ 8º Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do contribuinte, será a este disponibilizado o saldo remanescente dos precatórios.

§ 9º Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do Estado do Paraná, poderá o contribuinte parcelar o saldo nos termos do art. 18, desta Lei.

Art. 17. As condições do art. 14 e os documentos e procedimentos previstos nos arts. 15 e 16, todos desta Lei, servem como edital de convocação para a primeira rodada de conciliação, nos termos desta Lei.

CAPÍTULO III POLÍTICAS FAZENDÁRIAS

Art. 18. Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doações - ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajulzados, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta Lei.

§ 1º O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.

§ 2º Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte ao fisco, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2011.

§ 3º O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretroatável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial,

bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

Art. 19. Para os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de novembro de 2009, a consolidação poderá ocorrer separadamente dos demais, a critério do contribuinte, alocando até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total para a última parcela, aplicando-se o disposto no art. 25, I, desta Lei, devendo ser o restante dividido em até 59 (cinquenta e nove) parcelas, respeitando-se o valor mínimo disposto no arts. 23, 25 e as demais condições previstas no art. 18, desta Lei.

Parágrafo único. A postergação prevista neste artigo será mantida independente do resultado do acordo direto previsto nos arts. 14 e 15, desta Lei, podendo, alternativamente, a critério do contribuinte, migrar para o parcelamento previsto no art. 18, desta Lei.

Art. 20. Para fazer jus aos parcelamentos previstos nos arts. 18 e 19, desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento das Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIA's, posteriores a 01 de novembro de 2011.

Art. 21. O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 60 (sessenta) dias, a contar da data da vigência desta Lei, mediante requerimento a ser protocolizado na Agência da Receita Estadual – ARE, do domicílio tributário do interessado, indicando todos os débitos que pretende parcelar.

§ 1º A falta de pagamento da primeira parcela ou o inadimplemento de três parcelas consecutivas ou não, implica a rescisão imediata do parcelamento.

§ 2º A falta de recolhimento do ICMS declarado através da GIA/ICMS mensal, no período de vigência do parcelamento, implica a rescisão imediata do mesmo.

§ 3º A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, incluindo juros e multas, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 4º ...Vetado...

§ 5º Para adesão ao parcelamento previsto nos arts. 18 e 19, em face da postergação contida no art. 19, ambos desta Lei, não serão aceitos os créditos oriundos de precatórios como garantia dos créditos tributários, devendo o contribuinte proceder à substituição das garantias nas execuções fiscais.

Art. 22. ... Vetado ...

Art. 23. O valor de cada parcela do crédito tributário não será inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), ressalvado o disposto no § 4º, do art. 21 desta Lei, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o último dia útil do mês da adesão ao parcelamento e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.

§ 1º Caso o disposto no caput do presente artigo alcance pessoas físicas, o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 2º Após o pagamento da primeira parcela do parcelamento previsto no art. 18 e 19, desta Lei, serão de imediato liberados todos os alertas judiciais (art. 615-A, do CPC), todas as penhoras, bloqueios ou depósitos judiciais: faturamento, valores monetários (BACENJUD), recebíveis, duplicatas ou cartões de crédito, estoques e veículos quando substituídos por garantias em imóveis equivalentes a 150% (cento e cinquenta por cento) dos valores liberados.

Art. 24. ...Vetado...

Art. 25. O contribuinte que efetivar a quitação do parcelamento do crédito tributário obterá os seguintes benefícios:

I - em parcela única, com redução de até noventa e cinco por cento das multas punilvas e moratórias e de oitenta por cento dos juros de mora;

II - em até sessenta parcelas mensais e sucessivas, com redução de oitenta por cento das multas punilvas e moratórias e, de sessenta por cento dos juros de mora;

III - em até cento e vinte parcelas mensais e sucessivas, com redução de 65% (sessenta e cinco por cento) das multas punilvas e moratórias e, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, na alínea "a", do inciso XIII, na alínea "h", do inciso XV e nas alíneas "b" e "c", do inciso XVII, todos do § 1º, do art. 55, da Lei nº 11.580/1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

Art. 26. Os parcelamentos que estejam em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos desta legislação, com a perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

§ 1º Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, ficam preservadas as parcelas mensais e sucessivas determinadas em função do percentual calculado sobre a receita bruta mensal, nos termos do seu art. 3º.

§ 2º Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, não se aplica o critério temporal de números de parcelas, prevalecendo, a qualquer tempo, exclusivamente, o critério contido no seu art. 3º.

§ 3º O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o disposto nos §§ 1º e 2º, deste artigo.

Art. 27. O contribuinte somente estará em situação regular, relativamente aos débitos parcelados, após o pagamento da primeira parcela, sob a condição resolutoria de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

Art. 28. ...Vetado...

Art. 29 ...Vetado...

Parágrafo único. ...Vetado...

**CAPÍTULO IV
DA REMISSÃO**

Art. 30. Ficam cancelados os créditos tributários relativos ao ICMS, cuja soma, pelo devedor, atualizada até 31 de dezembro de 2010, seja igual ou inferior a R\$10.000, (dez mil reais).

§ 1º A autorização prevista neste artigo alcança o crédito tributário inscrito em dívida ativa, atualizada ou não, e o lançamento de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010.

§ 2º Os procedimentos necessários para o cancelamento dos créditos tributários serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§ 3º O disposto neste artigo:

I - não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos;

II - não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "h" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do art. 55, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

Art. 31. A Lei Estadual nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

I - 80 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS;

II - 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;"

"Art. 1º-A Salvo os créditos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR;"

"Art. 5º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a remittir automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR."

**CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

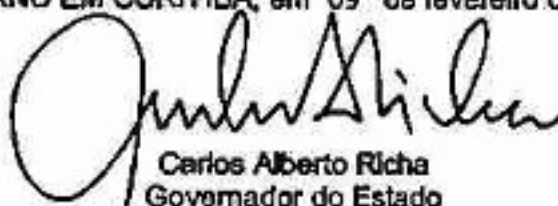
Art. 32. ...Vetado...

Art. 33. Fica revogada a Lei Estadual nº 14.470/2004.

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei através de Decreto.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 09 de fevereiro de 2012.



Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Luiz Carlos Jorge Hauly
Secretário de Estado da Fazenda

Julio Cesar Zem Cardozo
Procurador Geral do Estado

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury

Projeto de Lei nº 940/11

(Autoria do Poder Executivo)

Regulamenta o Acordo Direto de Precatórios e estabelece Políticas Fazendárias.

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

CAPÍTULO I DOS ACORDOS DIRETOS

Art. 1º Nos termos do art. 97, § 8º, III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, fica instituído o Acordo Direto de Precatórios, resultado da conciliação que tenha por objeto débitos do Estado do Paraná, inclusive da Administração Pública Indireta, que originaram precatórios requisitórios.

Art. 2º Fica criada a Câmara de Conciliação de Precatórios, que funcionará no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, composta por representantes da Procuradoria do Estado do Paraná, Secretaria de Estado da Fazenda, Secretaria de Estado da Administração e Previdência.

§ 1º Os integrantes da Câmara de Conciliação de Precatórios serão indicados pelos respectivos órgãos e nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A Câmara de Conciliação de Precatórios é o órgão competente para propor o ato convocatório de conciliação e emitir parecer conclusivo.

§ 3º Os pareceres conclusivos da Câmara de Conciliação de Precatórios terão força vinculativa e serão emitidos após a análise dos requerimentos.

Art. 3º Participará da conciliação o credor, por meio de advogado, devidamente munido de procuração contendo os poderes da cláusula *ad judicia*, com firma reconhecida, e ainda os poderes específicos para transigir e dar quitação, mencionando o processo e o precatório objeto da conciliação.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

fls.2

§ 1º Os créditos de litisconsortes, de substitutos processuais, de honorários sucumbenciais e contratuais são considerados autônomos para efeitos de conciliação, desde que, com relação aos últimos, tenha sido juntado aos autos o contrato antes da expedição do precatório, nos termos do art. 22, §4º, da Lei 8.906/94.

§ 2º Poderá o credor renunciar a parte do crédito para participar de conciliação, quando o ato de convocação estabelecer limite de valor de pagamento.

§ 3º É defeso ao credor do principal transacionar sobre créditos relativos aos honorários sucumbenciais e contratuais reservados no processo, a menos que esteja munido de procuração com firma reconhecida e poderes específicos para a conciliação.

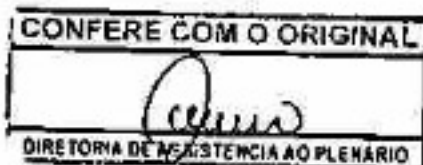
Art. 4º O cessionário, se o ato convocatório autorizar, o inventariante, o herdeiro e o cônjuge supérstite do credor originário do precatório poderão participar da conciliação.

§ 1º Os interessados relacionados no *caput* deverão atender aos requisitos previstos nesta Lei e no ato de convocação para habilitação e comprovação de titularidade do crédito.

§ 2º Não tendo havido partilha do crédito, os sucessores do *de cujus* serão admitidos à conciliação mediante apresentação de autorização específica do juízo do inventário, que ateste a liquidez, certeza e titularidade do crédito.

§ 3º Tendo havido partilha do crédito, o cessionário, cada herdeiro e o cônjuge supérstite podem conciliar os seus quinhões individualmente, mediante apresentação do formal de partilha tanto judicial como a extrajudicial (escritura pública), prevista no art. 982, do Código de Processo Civil.

Art. 5º O credor somente pode transacionar sobre o crédito que detenha apurado após a exclusão de créditos de terceiros incluídos no precatório requisitório, ressalvada a possibilidade de renúncia, nos termos do art. 3º, § 2º, desta Lei.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

fls.3

§ 1º Os créditos decorrentes de cessão ou partilha, conforme art. 4º, *caput* e § 3º desta Lei, devem representar percentual do crédito total do credor originário, observando-se as exclusões mencionadas no *caput* deste artigo, devendo ser comprovada, de maneira individualizada, a cadeia dominial de sucessão do crédito, desde o credor originário até o último cedente, nos termos desta Lei.

§ 2º Para estabelecimento da cadeia dominial de sucessão do crédito, os instrumentos públicos de cessão devem ser apresentados nos autos judiciais que originaram a requisição de pagamento e nos autos de precatório requisitório, levando-se em conta para estabelecimento da preferência entre cessionários credores, sucessivamente, a data de celebração da cessão e a data da comunicação ao juízo de execução.

Art. 6º A rodada de conciliação será veiculada através de decreto do Poder Executivo, que tem a competência para estipular seus critérios e condições.


Art. 7º Todos os atos convocatórios poderão ser revogados e substituídos por outros a qualquer tempo, através de Decreto do Poder Executivo, ou perderão vigor depois de escoado o prazo de vigência ou quando se esgotarem os recursos destinados àquela conciliação.

I – estabelecer parâmetros diferenciados de conciliação, de acordo com a natureza e o valor do crédito, a natureza da demanda que originou o crédito, ano de inscrição do precatório no orçamento estadual, dentre outros, podendo combiná-los entre si;

II – delimitar o universo de créditos a serem objeto de uma rodada de conciliação.

Parágrafo único. As delimitações de que tratam os incisos I e II do *caput* somente se farão por meio de utilização de parâmetros gerais e abstratos, tais como a natureza do crédito, seu valor, a natureza da demanda que o originou, ou parâmetro que objetive concretizar políticas de administração fazendária.

CONFERE COM O ORIGINAL


DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

fls.4

Art. 8º As concessões a serem feitas pelos credores serão especificadas no ato do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 6º, desta Lei, que poderá se valer, dentre outras, das seguintes condições:

- I – pagamento com deságio em percentual fixo;
- II – pagamento de acordo com oferta de deságio maior;
- III – modificação nos critérios de readequação do valor nominal da dívida.

Parágrafo único. Na modalidade prevista no inciso II, do *caput*, haverá pré-fixação de deságio mínimo.

Art. 9º Para a celebração do Acordo Direto previsto nesta Lei, os créditos alimentares não gozam de preferência, salvo se o ato convocatório utilizar esse critério para fins de distinção, conforme art. 7º, I, desta Lei ou de filtragem, nos termos do art. 7º, II, desta Lei.

Parágrafo único. Se o crédito alimentar passar a gozar da preferência especial concedida pelo art. 100, § 2º, da Constituição Federal, ele será excluído da conciliação até o valor limite de que trata o mesmo dispositivo, e seu saldo poderá ser objeto de acordo.

Art. 10. Aquele que detiver crédito que se enquadre nos parâmetros estabelecidos pelo ato convocatório deverá apresentar requerimento de conciliação perante a Câmara de Conciliação de Precatórios, acompanhado dos documentos exigidos por esta Lei e pelo ato convocatório, sendo utilizado, para efeito de cálculo dos precatórios, os parâmetros de correção e juros de mora fixados em sentença ou Lei, combinados com a Súmula Vinculante nº 17, do Supremo Tribunal Federal e com o § 12, do art. 100, da CF/88, alterado pela Emenda Constitucional nº 62/2009.

§ 1º A apresentação dos documentos não dispensa a análise dos autos judiciais e do precatório requisitório para verificação do preenchimento das condições legais e regulamentares para a conciliação, em especial, a certeza, liquidez e titularidade do crédito.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

Pá.5

§ 2º Para os fins desta Lei, compete à Procuradoria Geral do Estado a apuração dos valores e percentuais dos créditos do precatório e das respectivas cessões.

Art. 11. Preenchidos todos os requisitos intrínsecos e formais, a Câmara de Conciliação de Precatórios apresentará parecer conclusivo sobre o requerimento, na forma do § 2º, do art. 2º, e encaminhará ao Procurador-Geral do Estado para a celebração do termo de acordo será encaminhado ao Tribunal competente, que homologará o acordo e realizará os pagamentos devidos.

§ 1º O pagamento será feito com os recursos financeiros destinados especificamente à conciliação, oriundos do repasse constitucional previsto no art. 97, § 6º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Quando do levantamento do montante, devem ser observadas as regras referentes às retenções e recolhimentos previdenciários e tributários fixados em sentença, inclusive o montante devido a título de custas judiciais.

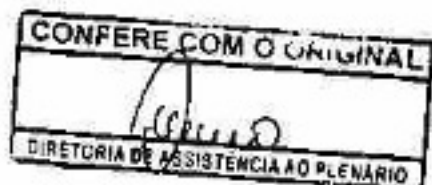
§ 3º A celebração do acordo para pagamento implicará a quitação integral do débito conciliado e renúncia a qualquer discussão acerca dos critérios de cálculo do percentual apurado e do valor devido.

Art. 12. Não podem ser objeto de conciliação os créditos que sejam ou venham a ser, de alguma forma, controvertidos quanto sua certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade, em razão de impugnação administrativa ou judicial, através de incidente processual ou ação autônoma até o trânsito em julgado dos mesmos.

Parágrafo único. Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial de qualquer espécie, ou que foram dados em garantia de obrigação de qualquer natureza.

Art. 13. Não podem ser objeto de conciliação os créditos decorrentes de precatórios suspensos por decisão judicial.

Parágrafo único. Não podem ser conciliados créditos sobre os quais incida constrição judicial, exceto se a conciliação tiver como finalidade o pagamento dos débitos e créditos tributários, conforme previsto nos parcelamentos dos arts. 18 e 19 desta Lei e desde que a constrição judicial tenha sido deferida em favor do Estado do Paraná.





CAPÍTULO II
DA PRIMEIRA RODADA DE NEGOCIAÇÕES

Art. 14. A primeira rodada de conciliação, especificamente, atenderá a objetivos de política de administração fazendária e de responsabilidade fiscal, e:

I - admitirá a habilitação de credores originários de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até o orçamento do ano de 2010, que possuam débitos de ICMS com a Fazenda Pública Estadual e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19, desta Lei;

II - admitirá a habilitação de cessionários de créditos de precatórios requisitórios não pagos e inscritos até orçamento do ano de 2010, cuja cessão de direitos tenha sido celebrada até 09 de dezembro de 2010, e que tenham celebrado o termo de acordo de parcelamento previsto no art. 19, desta Lei;

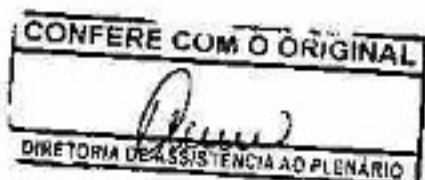
III - terá como limite global de recursos o montante necessário para atender ao pagamento dos acordos diretos protocolados na presente rodada, observado o disposto no art. 7º, I, retro e desde que atendam as exigências contidas nesta Lei.

IV - terá como limite máximo individual de pagamento o montante líquido suficiente para a quitação da parcela postergada prevista no art. 19, desta Lei, após as retenções previdenciárias e tributárias previstas em sentença;

V - admitirá habilitação e transferência de direito de credores originários ou cessionários de precatórios alimentares não pagos e inscritos até o orçamento de 2010.

Art. 15. Para ingressar na primeira rodada de conciliação, os interessados deverão apresentar requerimento com proposta de deságio de 20% (vinte por cento) do montante do crédito oferecido, atendidas as exclusões previstas no *caput*, do art. 5º, desta Lei.

§ 1º Os pedidos de acordo serão apreciados segundo a ordem cronológica de inscrição do precatório objeto da conciliação, do mais antigo para o mais novo, respeitado o limite de recursos disponíveis para conciliação.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

Pa.7

§ 2º Se o pedido envolver mais de um precatório será considerado, para aferição do critério de prioridade na apreciação, aquele de maior valor.

§ 3º Concorrendo interessados que ofereçam precatórios inscritos na mesma data ou partes de um mesmo precatório, preferirá aquele que possuir maior dívida tributária.

§ 4º Os requerimentos deferidos, porém ainda sem recursos efetivamente depositados, aguardarão a disponibilidade destes para a devida amortização, ficando os débitos fiscais, objeto do pedido, com a exigibilidade suspensa desde a data do requerimento previsto no art. 16, §1º, desta Lei, nos moldes do art. 151, do Código Tributário Nacional.

Art. 16. Para habilitação na primeira rodada de conciliação, especificamente, o interessado, por meio de advogado, nos termos dos arts. 3º e 4º desta Lei, deverá apresentar requerimento à Procuradoria Geral do Estado do Paraná acompanhado:

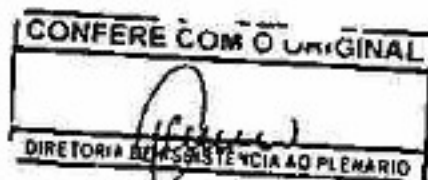
I – de certidão original do registro de empresário individual ou do contrato social consolidado, onde esteja especificado quem é o representante legal da empresa;

II – de cópia autenticada do documento oficial de identidade do representante legal da empresa, e do instrumento procuratório respectivo, com firma reconhecida, e cópia autenticada do documento oficial de identidade do outorgado;

III – de requerimento de cópia integral e autenticada do precatório requisitório, a ser efetivada junto ao Tribunal de Justiça, que as encaminhará diretamente à Procuradoria Geral do Estado, mediante o pagamento dos serviços de fotocópia e autenticação;

IV – original ou cópia autenticada da certidão expedida pelo Tribunal de Justiça ou em não sendo o credor originário da certidão de escritura pública de cessão, desde o credor original até o último cessionário, demonstrando a cadeia dominial sucessória, atestando a certeza, liquidez, exigibilidade e titularidade do crédito;

V – de cópia do termo de acordo de parcelamento firmado nos termos do art. 19, desta Lei;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

Art. 8

VI – de cópia do formal de partilha e da sentença homologatória respectiva, ou da autorização judicial específica, se o crédito apresentado se enquadrar nas hipóteses do art. 4º, §§ 2º e 3º, desta Lei;

VII – declaração firmada pelo interessado atestando que o crédito de precatório objeto da conciliação não é controvertido, nos termos do art. 12, *caput*, desta Lei e que não pesa sobre ele constrição judicial ou ônus, de qualquer espécie, conforme previsto no parágrafo único, do art. 12, deste diploma legal, exceto nos casos de garantia de execução fiscal do Estado do Paraná em relação a débitos objeto do parcelamento previsto no art. 18, desta Lei.

§ 1º Os requerimentos deverão ser protocolizados no prazo de até 90 (noventa) dias contados do encerramento do prazo previsto no art. 21, desta Lei.

§ 2º A Câmara de Conciliação de Precatórios atualizará o valor total do precatório requisitório e do tributo objeto da conciliação com base na data do requerimento previsto no *caput* deste artigo e na documentação constante deste, dos autos judiciais e dos autos de precatório, o percentual e o valor líquido do crédito oferecido pelo interessado, nos termos dos arts. 5º e 10, §§ 1º a 3º, desta Lei.

§ 3º Caso a Câmara de Conciliação de Precatórios verifique o não atendimento dos requisitos legais, intimará o signatário para, no prazo de 15 (quinze) dias, saná-las, sob pena de indeferimento do requerimento de conciliação. Se o ato a ser sanado demandar maior prazo este será concedido mediante solicitação fundamentada, em 15 (quinze) dias.

§ 4º Verificada a regularidade do requerimento, apurado o percentual e o valor do crédito oferecido nos termos dos art. 5º, §§ 1º e 2º, e art. 10, §§ 1º a 3º, desta Lei, o interessado será intimado para, em 5 (cinco) dias, comparecer à sede da Procuradoria Geral do Estado do Paraná e firmar termo de acordo de pagamento com o Procurador-Geral do Estado.

§ 5º O termo de acordo de pagamento conterá os dados do precatório requisitório e seu valor total atualizado, os dados das partes acordantes, a descrição da cadeia dominial sucessória, o percentual e o valor objeto de conciliação e implica aceitação pelo interessado dos valores e percentuais apurados pela Procuradoria Geral do Estado e quitação integral do valor devido pelo Estado do Paraná, nos termos do art. 11, § 3º, desta Lei.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

na.9

§ 6º Com o parecer conclusivo da Câmara de Conciliação de Precatórios, o termo de acordo será deferido pelo Procurador-Geral do Estado e, em seguida, encaminhado ao Tribunal competente para homologação judicial e efetivo pagamento e demais anotações no precatório.

§ 7º No termo do acordo de pagamento constará cláusula expressa de autorização para que a Procuradoria Geral do Estado, após as retenções previstas em sentença, levante o valor depositado nos termos do art. 11 desta Lei e proceda ao seu imediato recolhimento, por GR-PR, para pagamento da parcela postergada.

§ 8º Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do contribuinte, será a este disponibilizado o saldo remanescente dos precatórios.

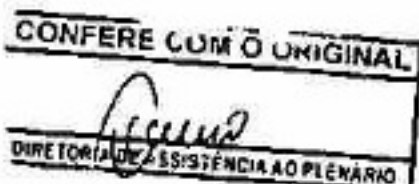
§ 9º Em havendo saldo remanescente, de acordo com o previsto neste artigo, em favor do Estado do Paraná, poderá o contribuinte parcelar o saldo nos termos do art. 18, desta Lei.

Art. 17. As condições do art. 14 e os documentos e procedimentos previstos nos arts. 15 e 16, todos desta Lei, servem como edital de convocação para a primeira rodada de conciliação, nos termos desta Lei.

CAPÍTULO III POLÍTICAS FAZENDÁRIAS

Art. 18. Os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de setembro de 2011, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, inclusive ajuizados, poderão ser pagos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais consecutivas, observadas as condições desta Lei.

§ 1º O débito será consolidado na data do pedido do parcelamento, com todos os acréscimos legais vencidos previstos na legislação vigente na data dos respectivos fatos geradores da obrigação tributária.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

fls.10

§ 2º Poderão ser incluídos na consolidação os valores espontaneamente denunciados pelo contribuinte ao fisco, decorrentes de infrações relacionadas a fatos geradores ocorridos até 30 de setembro de 2011.

§ 3º O pedido de parcelamento importa confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais e expressa renúncia a qualquer defesa, recurso administrativo ou ação judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte.

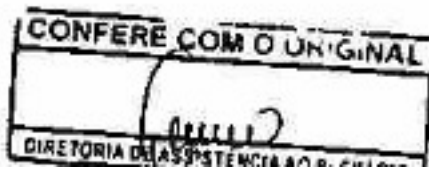
Art. 19. Para os créditos tributários relacionados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA e Imposto de Transmissão *causa mortis* e Doações – ITCMD, suas multas e demais acréscimos legais, cujos fatos geradores tenham ocorrido até 30 de novembro de 2009, a consolidação poderá ocorrer separadamente dos demais, a critério do contribuinte, alocando até 75% (setenta e cinco por cento) do valor total para a última parcela, aplicando-se o disposto no art. 25, I, desta Lei, devendo ser o restante dividido em até 59 (cinquenta e nove) parcelas, respeitando-se o valor mínimo disposto no arts. 23, 25 e as demais condições previstas no art. 18, desta Lei.

Parágrafo único. A postergação prevista neste artigo será mantida independente do resultado do acordo direto previsto nos arts. 14 e 15, desta Lei, podendo, alternativamente, a critério do contribuinte, migrar para o parcelamento previsto no art. 18, desta Lei.

Art. 20. Para fazer jus aos parcelamentos previstos nos arts. 18 e 19, desta Lei, o contribuinte deverá estar em dia com o recolhimento das Guias de Informação e Apuração do ICMS – GIA's, posteriores a 01 de novembro de 2011.

Art. 21. O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 60 (sessenta) dias, a contar da data da vigência desta Lei, mediante requerimento a ser protocolizado na Agência da Receita Estadual – ARE, do domicílio tributário do interessado, indicando todos os débitos que pretende parcelar.

§ 1º A falta de pagamento da primeira parcela ou o inadimplemento de três parcelas consecutivas ou não, implica a rescisão imediata do parcelamento.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

fls. 11

§ 2º A falta de recolhimento do ICMS declarado através da GIA/ICMS mensal, no período de vigência do parcelamento, implica a rescisão imediata do mesmo.

§ 3º A rescisão do parcelamento importará na exigência do saldo do crédito tributário, incluindo juros e multas, com inscrição em dívida ativa para cobrança judicial.

§ 4º Para as dívidas ajuizadas, o pedido deverá ser instruído com comprovante de pagamento de custas processuais e dos honorários advocatícios ou da primeira parcela do acordo de parcelamento de honorários, estes limitados ao percentual de 1% (um por cento) do valor total do débito tributário consolidado mediante execução fiscal, bem como apresentação de termo de penhora formalizado em juízo.

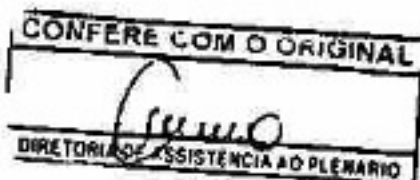
§ 5º Para adesão ao parcelamento previsto nos arts. 18 e 19, em face da postergação contida no art. 19, ambos desta Lei, não serão aceitos os créditos oriundos de precatórios como garantia dos créditos tributários, devendo o contribuinte proceder à substituição das garantias nas execuções fiscais.

Art. 22. Os créditos tributários parcelados nos termos desta Lei, e os honorários advocatícios decorrentes independem da apresentação de garantias, mesmo no caso de débitos já ajuizados. Porém, ficam mantidas as garantias de imóveis e de precatórios já com termo de penhora formalizado, ressalvadas as liberações previstas no art. 23, § 2º desta Lei e estarão sujeitos:

I - a partir da segunda parcela, até a data do vencimento, a juros vincendos correspondentes ao somatório da taxa referencial do sistema especial de liquidação e de custódia - SELIC, aplicada sobre os valores do imposto e multa constantes da parcela até a data do efetivo pagamento;

II - a juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sobre o valor da parcela paga em atraso, sem prejuízo disposto na alínea anterior.

Art. 23. O valor de cada parcela do crédito tributário não será inferior a R\$ 1.000,00 (um mil reais), ressalvado o disposto no § 4º, do art. 21 desta Lei, devendo o pagamento da primeira parcela ser efetuado até o último dia útil do mês da adesão ao parcelamento e o das demais parcelas até o último dia útil dos meses subsequentes.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

fls.12

§ 1º Caso o disposto no *caput* do presente artigo alcance pessoas físicas, o valor mínimo de cada parcela será de R\$ 300,00 (trezentos reais).

§ 2º Após o pagamento da primeira parcela do parcelamento previsto no art. 18 e 19, desta Lei, serão de imediato liberados todos os alertas judiciais (art. 615-A, do CPC), todas as penhoras, bloqueios ou depósitos judiciais: faturamento, valores monetários (BACENJUD), recebíveis, duplicatas ou cartões de crédito, estoques e veículos quando substituídos por garantias em imóveis equivalentes a 150% (cento e cinquenta por cento) dos valores liberados.

Art. 24. Débitos decorrentes de contratos firmados com a Agência de Fomento do Paraná ou com o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, poderão ser parcelados consoante o disposto no art. 18 desta Lei.

Art. 25. O contribuinte que efetivar a quitação do parcelamento do crédito tributário obterá os seguintes benefícios:

I - em parcela única, com redução de até noventa e cinco por cento das multas punitivas e moratórias e de oitenta por cento dos juros de mora;

II - em até sessenta parcelas mensais e sucessivas, com redução de oitenta por cento das multas punitivas e moratórias e, de sessenta por cento dos juros de mora;

III - em até cento e vinte parcelas mensais e sucessivas, com redução de 65% (sessenta e cinco por cento) das multas punitivas e moratórias e, de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora.

Parágrafo único. Este artigo não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI, XII, na alínea "a", do inciso XIII, na alínea "h", do inciso XV e nas alíneas "b" e "c", do inciso XVII, todos do § 1º, do art. 55, da Lei nº 11.580/1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

CONFERE COM O ORIGINAL

[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

fls.13

Art. 26. Os parcelamentos que estejam em curso poderão ser rescindidos, a pedido do contribuinte, para que ocorra novo parcelamento nos termos desta legislação, com a perda dos benefícios antes concedidos, relativamente aos valores pendentes de recolhimento.

§ 1º Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, ficam preservadas as parcelas mensais e sucessivas determinadas em função do percentual calculado sobre a receita bruta mensal, nos termos do seu art. 3º.

§ 2º Aos parcelamentos mantidos nos termos da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, não se aplica o critério temporal de números de parcelas, prevalecendo, a qualquer tempo, exclusivamente, o critério contido no seu art. 3º.

§ 3º O Poder Executivo baixará decreto regulamentando o disposto nos §§ 1º e 2º, deste artigo.


Art. 27. O contribuinte somente estará em situação regular, relativamente aos débitos parcelados, após o pagamento da primeira parcela, sob a condição resolutória de pagamento integral das demais parcelas, nos prazos fixados.

Art. 28. Os créditos tributários, objeto do parcelamento e do requerimento previsto nesta Lei, terão sua exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151, VI, do Código Tributário Nacional.

Art. 29 Após a opção pelo parcelamento, previsto nos arts. 18 e 19 desta Lei, deverão ser suspensos todos os processos envolvendo esses fatos geradores, incluindo ações declaratórias, mandados de segurança, reconhecimento de grupo econômico, arresto, execução, embargos, enfim, todo e qualquer processo que tenha como objeto os fatos gerados parcelados.

Parágrafo único. Após a quitação dos débitos incluídos no parcelamento, as partes deverão, no prazo de 60 (sessenta) dias, desistir de todos os processos previstos no *caput*, sem ônus para qualquer das partes, salvo custas processuais que serão pagas pelo contribuinte e os honorários previstos no § 4º, do art. 21, desta Lei.

CONFERE COM O ORIGINAL


DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



**CAPÍTULO IV
DA REMISSÃO**

Art. 30. Ficam cancelados os créditos tributários relativos ao ICMS, cuja soma, por devedor, atualizada até 31 de dezembro de 2010, seja igual ou inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais).

§ 1º A autorização prevista neste artigo alcança o crédito tributário inscrito em dívida ativa, ajuizada ou não, e o lançamento de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010.

§ 2º Os procedimentos necessários para o cancelamento dos créditos tributários serão estabelecidos por ato do Poder Executivo.

§ 3º O disposto neste artigo:

I - não autoriza a restituição ou compensação de valores eventualmente recolhidos;

II - não se aplica aos créditos tributários originários de autos de infração em que sejam exigidas as penalidades previstas nos incisos VII, VIII, IX, X, XI e XII, na alínea "a" do inciso XIII, na alínea "h" do inciso XV e nas alíneas "b" e "c" do inciso XVII, todos do § 1º, do art. 55, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e as penalidades correlatas previstas nas leis orgânicas anteriores do ICMS.

Art. 31. A Lei Estadual nº 15.354, de 22 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Não estão sujeitos ao processo de execução fiscal os créditos tributários e não tributários, inscritos em Dívida Ativa, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a:

I - 80 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de créditos de natureza tributária, relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS;

II - 30 UPF/PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná) na hipótese de quaisquer outros créditos;"



"Art. 1º-A Salvo os créditos relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS, não estão sujeitos à inscrição em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, aqueles cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a 10 UPF/PR."

"Art. 5º Fica autorizada a Secretaria de Estado da Fazenda a reemitir automaticamente dívidas ativas cujo saldo restante seja igual ou inferior a 0,2 UPF/PR."

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. A Lei Estadual nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, alínea "g", da Constituição Federal.

§1º Ao regulamentar a matéria tributária, o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

I - em tratados e convenções internacionais;

II - em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, "g", da Constituição Federal.

§ 2º A instituição de Programas de Recuperação Fiscal no Estado do Paraná dependerá de Lei específica para a sua implementação."

"Art. 41 ...

§2º Tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito, ficando dispensada a garantia quando o valor do crédito tributário for parcelado em 06 (seis) parcelas, ou quando o valor do crédito tributário for inferior a 800 (oitocentas) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Paraná – UPF/PR, e for parcelado em até 12 (doze) parcelas."



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

fls.16

Art. 33. Fica revogada a Lei Estadual nº 14.470/2004.

Art. 34. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei através de Decreto.

Art. 35. Esta Lei entra em vigor em 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

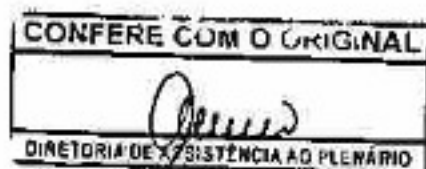
Palácio Dezenove de Dezembro, em 15 de dezembro de 2011.

Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado REINHOLD STEPHANES JUNIOR
3º Secretário

RCF/GCS/TSC/SMM





JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei objetiva regulamentar o Acordo Direto de Precatórios e o estabelecimento de Políticas Fazendárias.

Atualmente, o ajuizamento de execução fiscal é obrigatório sempre que as dívidas ativas forem maiores que 30 UPF/PR (Unidade de Padrão Fiscal do Estado do Paraná) para ICMS, e 5 UPF/PR para os demais tipos de créditos, de acordo com a Lei n.º 15.354/2006.

Tais valores hoje encontram-se defasados, implicando ajuizamento de execuções fiscais de R\$ 1.921,80 para créditos de ICMS e R\$ 320,00 para créditos diversos.

Estudo recente do Conselho Nacional de Justiça aponta que o custo de um único processo de execução fiscal é de R\$ 4.300,00, em média, e que seu trâmite possui tempo médio de 8 anos.

Na Justiça Estadual, o custo é ainda maior. Sabendo-se que as custas processuais integram este cálculo, pode-se comparar tais valores na esfera federal e estadual. A título de exemplo, uma execução fiscal de R\$ 5.000,00 na Justiça Federal, com um ato de citação, penhora e intimação, tem custas iniciais no valor de R\$ 25,00. No cível, o mesmo processo custaria R\$ 422,50 (R\$ 294,10 de custas iniciais, mais R\$ 20,00 de taxa judiciária, mais R\$ 9,40 de autuação, e R\$ 99,00 de penhora e intimação).

Assim, processos de execução fiscal para cobrança de créditos inferiores a R\$ 5.000,00 possuem custo-benefício à sociedade próximo ou menor que zero, quando efetivamente recebidos.

Ademais, o baixo valor hoje estabelecido para ingressar com execuções fiscais tem levado a um excessivo número de processos judiciais de pouca relevância para a arrecadação da dívida ativa em estoque.

Atualmente, existem cerca de sessenta e cinco mil processos de execução fiscal em andamento cujo valor de cobrança é inferior a R\$ 5.000,00. Isso corresponde a quase 50% do total de execuções fiscais do Estado, cujo montante somado é pouco superior a 1% do estoque da dívida e cujo custo de cobrança é igual ou maior que o crédito que se pretende cobrar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

Pá. 18

Esses processos geraram, nos últimos 12 meses, aproximadamente 30.000 peças processuais, representando mais de ¼ do trabalho desenvolvido com as execuções fiscais no período.

A grande quantidade de processos pouco relevantes contribui decisivamente para a morosidade na tramitação de todos os processos da Justiça Estadual, posto que concorre em termos de recursos com processos milionários e com os demais processos de particulares.

Por tal razão, apresentamos a proposta para que o valor mínimo de ajuizamento seja aumentado para 80 UPF/PR para dívidas de ICMS, e 30 UPF/PR para dívidas diversas, cujos valores para 2011 correspondem a R\$ 5.124,80 e R\$ 1.921,80, respectivamente.

Ressalta-se que a proposta não implica renúncia fiscal do Estado, mas, sim, evitar o meio judicial para a cobrança de créditos, buscando recebê-los de forma administrativa.

Saliente-se que continua possível ajuizar os créditos, se no prazo de cinco anos seus débitos acumulados superarem o limite previsto na legislação.

Ainda, outra proposta apresentada visa diminuir a quantidade de inscrições em dívida ativa de créditos pouco representativos para o Estado. São dívidas que não serão ajuizadas, pois muito inferiores ao limite mínimo proposto. A inscrição traria apenas geração de despesas de inscrição e manutenção de dívida ativa sem retorno financeiro ao Estado.

Propõe-se que, mantendo-se o lançamento tributário ou o ato administrativo que a gerou, seja autorizado não inscrevê-la em dívida ativa, podendo ser cobrada administrativamente até o momento de sua prescrição quinquenal. Também não se verifica impacto orçamentário, tratando-se meramente de usar meios adequados à importância do crédito que se pretende receber.

Por fim, a proposta repassa ao Governador, por meio de Decreto, a análise futura de valores mínimos de ajuizamento, posto que se trata de questão de aprimoramento da máquina pública sem impacto orçamentário, podendo-se conferir maior dinamismo no ajuste a maior ou a menor.

CONFERE COM O ORIGINAL


DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 940/11

fl.19

Com relação à remissão dos créditos tributários de ICMS iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00, esta alcançará os débitos inscritos em dívida ativa, ajuizada ou não, e os lançamentos de ofício, efetuados até 31 de dezembro de 2010, observada a soma de créditos tributários, por inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS.

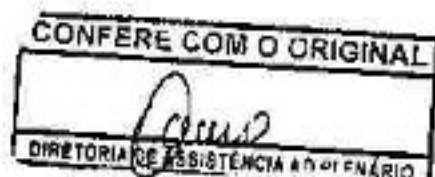
A proposta se justifica diante dos custos da cobrança administrativa e judicial que, tal como nos casos de não ajuizamento de valores iguais ou inferiores a 80 UPF para créditos de ICMS, são maiores que os eventuais benefícios que essa cobrança poderia trazer.

Com a remissão proposta, estima-se que cerca de 35.000 débitos inscritos serão cancelados – perfazendo o montante de aproximadamente R\$ 44.000.000,00, com a respectiva extinção das execuções correlatas, o que corresponde a 0,30% do estoque da dívida, de forma a concentrar o esforço para a cobrança de valores de maior expressão e com efetiva possibilidade de recuperação do crédito tributário, além de desafogar o Poder Judiciário, já que aproximadamente 30% das execuções fiscais em andamento no Estado serão arquivadas.

Salienta-se que os cerca de 35.000 débitos de ICMS inscritos em dívida ativa referem-se a 10.471 inscrições no Cadastro de Contribuintes de ICMS, ou seja, em média, cada contribuinte seria devedor de 3,3 débitos inscritos em dívida ativa, podendo ensejar o mesmo número de execuções fiscais. Se levarmos em consideração que, segundo o CNJ, o valor despendido para ajuizamento de cada execução fiscal equivaleria a R\$ 4.300,00, estaríamos gastando R\$ 14.190,00 para a cobrança de valores tributários iguais ou inferiores a R\$ 10.000,00.

Ademais, grande parte do valor que será remitido decorre de débitos de ICMS de empresas inativas (R\$ 37.348.239,63), débitos estes de difícil recuperação e que consomem grande parte dos recursos do Poder Judiciário e da Procuradoria-Geral do Estado.

Por fim, ressalta-se que a proposta de remissão vem ao encontro das recomendações do Conselho Nacional de Justiça, que tem solicitado ao Poder Judiciário e às Procuradorias a implementação de medidas que propiciem agilidade e eficiência na tramitação dos processos de execução fiscal.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 013/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 013/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 358/2012

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 940/2011, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 940/11, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta o acordo direto de precatórios e estabelece políticas fazendárias, tendo sido vetado parcialmente pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional e contrário ao Interesse público.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, Inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 940/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 17 de janeiro de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 013/12, foi exarada e encaminhada junto à



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



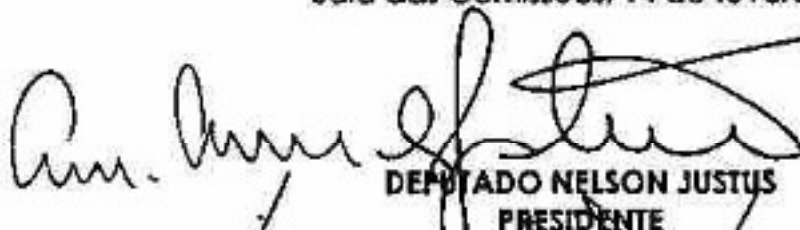
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 09 de fevereiro de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 14 de fevereiro de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR TRAZANO
RELATOR